



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

## ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DE FINANÇAS LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA; DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO; DE VIACÃO, OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE, REALIZADA PRESENCIALMENTE E POR VIDEOCONFERÊNCIA, NO DIA SEIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS. (06-10-2022).

Ao sexto dia do mês outubro de dois mil e vinte e dois, quinta-feira, às oito horas e dezenove minutos, realizou-se a reunião Conjunta das Comissões Permanentes de Finanças Legislação e Justiça; de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo; de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, que ocorreu presencialmente e por videoconferência, para tratarem sobre os projetos de autoria do Vereador Pedro Ulisses Coimbra Vieira. **Participaram da Reunião:** Os Vereadores Fernando Sampaio, Maurício Antônio Borges, Pedro Sousa, Ricardo Miranda, José Sales, Admar José Cota, Ediraldo Ramos, Manoel Douglas e Marcelo Macedo. **Registraram Presença:** Marilene Romão Gonçalves - Presidente do Conselho Municipal de Mariana; Marcela Nunes - Coordenação Farmacêutica; Allana Drumond Armond - Subsecretaria de Administração; Aida Ribeiro Anacleto - Representantes da Zona Rural/Distritos; Alexandra Magalhães - Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania; Cláudia Rodrigues Novais - Representante da Entidades de pessoas com Deficiência e Patologias e/ou Instituições Assistenciais; Isabel de Jesus Ferreira e Carvalho - Representantes das Entidades Religiosas; Kellen Cristina Freitas - Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde; Marlon Paulo Silva Figueiredo - Secretário Municipal de Planejamento; Edvaldo Andrade - Secretário de Governo e Relações Institucionais na Prefeitura de Mariana; Adriana - Farmacêutica. **ABERTURA:** "Em nome de Deus e do povo Marianense, havendo número regimental", o Vereador Fernando Sampaio iniciou os trabalhos desta reunião, a seguir, consultou os demais vereadores se seria necessário realizar a leitura da Ata, todos aprovaram-na e dispensaram a sua leitura. Realizou, posteriormente, a leitura do **Projeto de Lei nº 134/2022** (autoria do Prefeito Municipal Interino): "Autoriza o Município a conceder transferência de recursos na modalidade subvenção e firmar instrumento de parceria com a entidade AMARBANDAS e dá outras providências". Questionou os demais vereadores se havia alguma dúvida sobre o Projeto, em resposta, o Vereador Marcelo Macedo perguntou se era um Projeto de modalidade subvenção, respondendo ao questionamento, o Vereador Fernando Sampaio disse que sim. Em seguida, o Vereador Fernando Sampaio questionou aos vereadores presentes se todos estavam em concordância com o Projeto, em resposta todos os vereadores afirmaram que estavam de acordo. Após manifestar o seu voto favorável, o Vereador Marcelo Macedo disse que esse recurso estava sendo aguardado a muito tempo, completou afirmando que as bandas musicais necessitam desse auxílio para sobreviverem. Com a palavra, o Vereador Fernando Sampaio comunicou que o **Projeto de Lei nº 134/2022**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

estava disponível para a votação na próxima Reunião Ordinária. Efetuou, seguidamente, a leitura do **Projeto de Lei nº 135/2022** (autoria do Prefeito Municipal Interino): "Autoriza o Município a conceder transferência de recursos na modalidade subvenção e firmar instrumento de parceria com a entidade AMARBANDAS e dá outras providências". Em seguida, o Vereador Fernando Sampaio questionou aos vereadores presentes se todos estavam em concordância com o Projeto, em resposta todos os vereadores afirmaram que estavam de acordo. Após manifestar o seu voto favorável, pela ordem, o Vereador Marcelo Macedo informou que o valor desse projeto era de quatrocentos e quarenta mil reais. Disse também que ficou muito feliz, pois a emenda foi de sua autoria, e que pela primeira vez o Executivo atende uma emenda de um vereador, mesmo tendo muitas emendas de autoria de outros vereadores. Agradeceu o Prefeito Ronaldo Bento, por ter atendido à sua emenda. Reafirmou a importância do repasse financeiro para a sobrevivência das bandas musicais, agradeceu também a todos os vereadores por terem o apoiado, de modo que o Projeto foi aprovado por unanimidade. Com a palavra, o Vereador Fernando Sampaio comunicou que o **Projeto de Lei nº 135/2022** estava disponível para a votação na próxima Reunião Ordinária. Realizou, posteriormente, a leitura do **Projeto de Lei nº 136/2022** (autoria dos Vereadores Fernando Sampaio de Castro, Edson Agostinho de Castro Carneiro, José Antunes Vieira, Pedro Henrique da Paixão Sousa, Manoel Douglas Soares Oliveira, Ediraldo Arlindo de Freitas Ramos, José Sales de Souza, Mauricio Antonio Borges Andrade e Silva, Marcelo Monteiro Macedo, Sônia Azzi, Adimar José Cota)"Altera dispositivo da **Lei Complementar nº 215/2022** e dá outras providências". Com a palavra, o Vereador Ricardo Miranda perguntou se poderia também assinar **Projeto de Lei nº 136/2022** e o **Projeto de Lei nº 137/2022**. Com a palavra, o Vereador Fernando Sampaio questionou aos vereadores se todos estavam em concordância com o Projeto, todos responderam afirmando que estavam de acordo. Comunicou que o **Projeto de Lei nº 136/2022** estava disponível para a votação na próxima Reunião Ordinária. Realizou, seguidamente, a leitura do **Projeto de Lei nº 137/2022** (autoria dos Vereadores Fernando Sampaio de Castro, Edson Agostinho de Castro Carneiro, José Antunes Vieira, Pedro Henrique da Paixão Sousa, Manoel Douglas Soares Oliveira, Ediraldo Arlindo de Freitas Ramos, José Sales de Souza, Mauricio Antonio Borges Andrade e Silva, Marcelo Monteiro Macedo, Sônia Azzi, Adimar José Cota, Ricardo Miranda)"Estabelece escala de revezamento nos recessos escolares para os servidores, trabalhadores e beneficiários de programas sociais lotados na rede municipal de ensino e dá outras providências". Perguntou se todos os vereadores estavam de acordo com o Projeto, recebendo todos os votos favoráveis, comunicou que o **Projeto de Lei nº 137/2022** estava disponível para a votação na próxima Reunião Ordinária. Passou a palavra para o Vereador Maurício Borges, para que o mesmo assumisse as pautas do seu requerimento. Com a palavra solicitou a leitura do ofício sobre o **requerimento nº 154/2022** (autoria dos Vereadores Maurício Antônio e Pedro Ulisses Coimbra Vieira), posteriormente realizou a apresentação de todos os presentes. Questionou se o Sr. Danilo Brito - Secretário Municipal de Saúde que havia sido convocado, estava presente



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

na reunião. Em resposta, a Sra. Allana afirmou que não, pois ele estava em um outro compromisso, mas que a Sra. Marilene o estava substituindo. Com a palavra, o Vereador Maurício Borges agradeceu a presença de todos e introduziu o tema a ser tratado, tal qual a falta de medicamentos na farmácia municipal, e o motivo pelo qual está ocorrendo a falta de medicamentos. Com a palavra, a Sra. Marilene passou a palavra para a Sra. Marcela, responsável por trazer os esclarecimentos solicitados no Requerimento. A Sra. Marcela disse que a gestão de acesso aos medicamentos é um assunto delicado, e que ao longo de sua apresentação iria responder aos questionamentos levantados no Requerimento. Disse que são vários os medicamentos que a rede pública de saúde utiliza, e que a aquisição dos mesmo é muito complexa. Contextualizou dizendo que apesar do foco da reunião ser a gestão do acesso ao medicamento, a assistência farmacêutica engloba um grande número de ações, tais quais a promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva. Afirmou que o medicamento é um insumo essencial visando o acesso e o uso racional. Explicou que nas etapas de ações da assistência farmacêutica ocorrem principalmente as etapas de seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação. Concluiu dizendo que todas essas etapas estão incluídas no campo de ação do Sistema Único de Saúde - SUS, contempladas nas políticas nacionais de medicamentos e nas políticas nacionais farmacêuticas. Informou que as informações apresentadas seriam baseadas na legislação atual da política pública nacional de assistência farmacêutica e da política nacional de atenção básica. Apresentou os números de atendimentos ofertados pelas farmácias do Município, sendo elas a farmácia central, a das Cabanas, a de Passagem de Mariana, Cachoeira do Brumado e a do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS. Ressaltou o fato que algumas farmácias começaram a lançar os seus dados apenas no mês de junho. Apresentou a média do fluxo de atendimento da farmácia central, tal qual quinze mil quinhentos e noventa de pacientes, sendo que a média diária de atendimentos de quinhentos e sessenta e três, com picos de até seiscentos pacientes. Afirmou também que o sistema atual não possibilita o registro da demanda reprimida. Exemplificou demonstrando que no mês de setembro foram realizados dez mil cento e sessenta e seis atendimentos efetivamente realizados, ou seja os medicamentos que foram dispensados, já as pessoas que procuraram atendimentos mas não foram atendidas não constam por essa forma nos registros. Disse que a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais - REMUME é ampla, sendo uma das maiores da região, contemplando trezentos e oitenta e nove medicamentos, mais o acréscimo de quatorze fitoterápicos o que gera benefícios à população do Município, possibilitando os tratamentos de diversas doenças. Explicou que a lista da REMUME é baseada na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME. Posteriormente afirmou que dos quatrocentos e três medicamentos listados na RENAME, a REMUME do Município possui duzentos e cinquenta e nove medicamentos, de modo que quase duzentos itens não estão na RENAME. Concluiu dizendo que isso gera é uma questão para a gestão, apresentando-se com dois tipos de desafios, o econômico, pois a legislação aponta os medicamentos que devem ser adquiridos pelo Município, de modo que o recurso vinculado é muito inferior do que as



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

necessidades e demandas, ou seja, o Município acaba colocando mais recurso próprio, do que o recurso obrigatório. O segundo desafio é o da parte de gerenciamento, com muitos itens a parte de estocagem, programação. Quanto ao estoque de medicamentos, a Sra. Marcela apresentou os seguintes dados: há cento e treze itens em falta, desse número, trinta e quatro estão aguardando serem entregues, enquanto setenta e nove estão sem processo ativo, de modo que o valor empenhado desses medicamentos que estão aguardando a entrega é de setecentos e doze mil quatrocentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos. Já o valor empenhado dos medicamentos que estão em falta é de trezentos e três mil cento e cinquenta e oito reais e quatro centavos. Com a palavra, o Vereador Fernando Sampaio questionou a Sra. Marcela se o valor dos medicamentos que estão aguardando entrega por parte do laboratório é de trezentos e três mil cento e cinquenta e oito reais e quatro centavos. Em resposta, a Sra. Marcela disse que sim. Continuando a sua fala, o Vereador Fernando Sampaio afirmou que acredita que muitos laboratórios não estão entregando todos os fármacos em função do aumento nos seus respectivos preços. Com a palavra, a Sra. Marcela disse que esse fato impactou nos itens os quais não se tem fornecedor disponibilizando, uma vez que muitos fornecedores solicitaram o cancelamento. Apresentou quais os tipos de medicamentos que estão em falta, sendo os medicamentos de controle especial os que mais são procurados, e que quinze dessa categoria estão em falta, bem como os antibióticos, e alguns medicamentos injetáveis. Quanto às situações dos contratos, a Sra. Marcela apresentou que há três grandes processos de compra, os quais estão encerrados, e desse número havia trinta e três contratos, porém foi emitida autorização de fornecimentos antes da finalização dos contratos, de modo que estão ainda aguardando a entrega desses fármacos. Ocorreu a renovação de contrato com quatro empresas. Com a palavra, o Vereador Marcelo Macedo disse que acredita que a Secretaria analisa os pedidos de cancelamento dos contratos e reequilíbrio financeiro e perguntou se as justificativas de cancelamento dos contratos são plausíveis. Em resposta, a Sra. Marcela disse que os pedidos de cancelamentos, passam sim pela secretaria, sendo ela e a Sra. Allana membros desse setor. Afirmou que algumas justificativas são aceitas, mas outras não. Geralmente quando apresentam uma carta do laboratório responsável pela fabricação dos medicamentos informando que não vão ofertar para os fornecedores, a Secretaria tende a aceitar a justificativa. A parte de reequilíbrio financeiro passa pela Secretaria e também pelo controle interno. Com a palavra, o Vereador Marcelo Macedo disse que é necessário resolver tal situação, sugeriu ainda que fosse desenvolvida alguma espécie de punição para os fornecedores que realizam a quebra do contrato. Ainda afirmou que a iniciativa de se esclarecer os motivos da falta de medicamentos na rede pública é necessária, já que ocorre de não haver determinados medicamentos na rede pública, mas estar disponível na rede privada. Com a palavra, a Sra. Marcela disse que as drogarias comerciais possuem uma resposta mais rápida, de modo que assim que a indústria volta a produzir determinado medicamento, é colocado o preço que se quer, em seguida já se inicia a distribuição, explicou por esse modo, que na rede pública não ocorre esse reequilíbrio tão imediato. Ainda explicou sobre os contratos vigentes, sendo que como



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

parte da estratégia de regionalização da assistência farmacêutica são utilizadas as atas de aquisição de medicamentos gerenciadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG. Explanou a vigência de trinta e dois contratos, porém disse que ainda ocorre a padronização da RENAME. Desses contratos há a ausência de dezoito medicamentos, que não estão disponíveis para a solicitação. Posteriormente explicou os processos de aquisição de medicamentos que ocorreram em dois mil e vinte e dois, no dia dezenove de março desse mesmo ano, foi solicitada pela Secretaria de Saúde a aquisição de medicamentos injetáveis. O pregão presencial de medicamentos injetáveis ocorreu nos dias treze e quatorze de julho de dois mil e vinte e dois, mas que ainda não foi homologado, sendo solicitados cento e um itens, para atender a prontos atendimentos, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, ambulâncias, bem como para os atendimentos dentro das próprias unidades. Dessa solicitação de cento e um itens, dezessete foram fracassados e dez frustrados, estes últimos em função do preço cotado acima da tabela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED. Explicou que essa situação de ofertar medicamentos acima do valor estabelecido por esse órgão é frequente. Citou outra situação de processo de aquisição de medicamentos, que ocorreu no dia vinte e dois de março do ano de dois mil e vinte e dois, na qual ocorreu a sua solicitação de fármacos padronizados, o pregão presencial ocorreu nos dias vinte e nove de setembro a quatro de outubro, onde foram solicitados trezentos e trinta e seis itens, de modo que quarenta e dois foram fracassados, três foram retirados do edital por não haver preço de referência e vinte frustrados por preço acima da tabela CMED. Mencionou ainda outro processo de solicitação emergencial de medicamentos, que ocorreu no dia vinte e três de maio, no qual foram solicitados setenta e oito itens. Disse que estão buscando realizar o processo de aquisição de medicamentos, por meio do consórcio, pois se trata de uma ata para a aquisição compartilhada dos medicamentos, de modo que são vários municípios, bem como há a possibilidade de se adquirir por um bom preço, pelo fato de que são várias cidades concorrendo, além das dificuldades de comprar. Explicou que mandaram uma solicitação para participar do Consórcio Público Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba - ICISMEP. Disse que há cinco processos de aquisição de medicamentos homologados recentemente no mês de setembro, bem como vinte e seis atas protocoladas, já estando em fase de contrato, apontou uma peculiaridade, tal qual são elaborados vários processos, mas como poucos itens. Mencionou que uma ata foi homologada para a participação pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga - CISAMAPI, bem como explicou que ela já está em andamento. Quanto às faltas de entregas de medicamentos, comentou que em abril, a Assistência Farmacêutica enviou à Secretaria de Saúde quarenta e três notificações internas, solicitando a notificação judicial aos fornecedores em razão do atraso nos prazos das entregas. Em outubro ocorreram vinte e três comunicações internas. Posteriormente, apontou alguns fatores que contribuíram para a escassez de medicamentos, tais quais aumento de demanda de medicamentos no início do ano, a quarta onda de Covid-19, influenza; estoque de segurança não foi suficiente;



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

[www.camarademariana.mg.gov.br](http://www.camarademariana.mg.gov.br)

consumo de itens fora da sazonalidade; aumento da demanda de medicamentos; aumento significativo da população flutuante; o almoxarifado não possui tamanho suficiente para armazenamento a longo prazo. Com a palavra, o Vereador Maurício pediu desculpas pela situação, pois essa reunião havia sido pré-agendada, mas por motivo de força maior a Reunião Ordinária que ocorreria na próxima segunda, foi adiantada e agendada para essa mesma quinta-feira. Solicitou que fosse realizada uma nova reunião para darem continuidade ao assunto, sobretudo na questão da falta de espaço dos almoxarifados. **ENCERRAMENTO:** “Não havendo mais nada a tratar em nome de Deus e do povo Marianense”, o Vereador Maurício Borges agradeceu a presença de todos e não havendo mais nada a tratar, encerrou a reunião às nove horas e treze minutos. **Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada:**